



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 3ª SL**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – LEI Nº 13.303/2016 - PRESENCIAL
MAIOR OFERTA**

EDITAL N.º 015/2020

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – LEI 13.303/2016 - PRESENCIAL
MAIOR OFERTA**

**ALIENAÇÃO DE 17 (DEZESSETE) UNIDADES PARCELARES
EMPRESARIAIS** PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE
AGRICULTURA IRRIGADA, NO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO
PONTAL SUL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA,
ESTADO DE PERNAMBUCO.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

EDITAL N.º 015/2020

A V I S O

OBJETO: Alienação de **17 (dezessete) unidades parcelares empresariais** para implantação de empreendimentos de agricultura irrigada, localizadas no Projeto Público de Irrigação Pontal Sul, situado no município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e jurídicas, que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: auditório da sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-230, município de Petrolina/PE, **às 10:00 (dez horas) do dia 20 de novembro de 2020.**

OBSERVAÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br. Na impossibilidade de download pelos sites aqui indicados, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações, no endereço acima mencionado, telefone: (087) 3866-7722 – (87) 3366-7742, e poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um CD-ROM para gravação, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio da **CODEVASF** – www.codevasf.gov.br – para consulta dos interessados.

Petrolina - PE, 16 de outubro de 2020.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

ÍNDICE

1. OBJETO.....	4
2. DESCRIÇÃO GERAL	5
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO	6
5. ABERTURA DOS INVÓLUCROS	12
6. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO	12
7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	15
8. HOMOLOGAÇÃO	15
9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	16
10. ADJUDICAÇÃO.....	16
11. OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS UNIDADES PARCELARES	18
12. DEVOLUÇÃO/UTILIZAÇÃO DA CAUÇÃO	18
13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.....	18
14. DESISTÊNCIA	18
15. TERMINOLOGIA.....	19
16. CONDIÇÕES GERAIS	19

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO III	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

- C O D E V A S F -

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – LEI 13.303/2016 - PRESENCIAL

MODO DE DISPUTA - MAIOR OFERTA

EDITAL n.º 015/2020

PROCESSO Nº: 59500.000295/2019-44

1. OBJETO

- 1.1. A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf, através de sua 3ª Superintendência Regional, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação objetivando a alienação de **17 (dezesete) unidades parcelares empresariais** para implantação de empreendimentos de agricultura irrigada, localizadas no Projeto Público de Irrigação Pontal, situado no município de Petrolina, Estado de Pernambuco, cuja “**Documentação de Habilitação**” e “**Proposta Financeira**” serão recebidas às **10h00 (dez horas) do dia 20 de novembro de 2020**, no auditório da sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE.
- 1.2. O presente procedimento licitatório, do tipo “**Maior Oferta**”, reger-se-á pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CODEVASF, pela Lei n.º 13.303/2016, que institui normas para licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União, e Lei 12.787, de 11/01/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, Portaria nº 576/2011/MI, Resolução nº 64/2018/CODEVASF, Norma de Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação – NOR 501 da CODEVASF.
- 1.3. **Forma de realização e critério de julgamento:**
- 1.3.1. **Forma de realização:** PRESENCIAL.
- 1.3.2. **Divulgação do valor estimado:** PÚBLICO.
- 1.3.3. **Critério de julgamento:** MAIOR OFERTA (nos termos do art. 54, Inciso VI da Lei 13.303/16).
- 1.3.4. **Fase recursal:** única, após a habilitação do licitante, obedecendo a ordem de classificação das Propostas Financeiras, nos termos do art. 51, incisos VI a VIII da Lei 13.303/2016.
- 1.4. O Projeto Público de Irrigação Pontal está localizado no município de Petrolina, Estado de Pernambuco, que dista aproximadamente 714 km da cidade de Recife/PE e 50Km da sede do município, cujo acesso é feito por rodovias asfaltadas através das BRs - 428 e 232.
- 1.5. Têm-se as seguintes etapas e prazos do processo de transferência da gestão que culminam na emancipação de um Projeto Público de Irrigação:
- 1.5.1. **Operação Inicial:** caracteriza-se com o início da ocupação, da exploração agrícola das unidades parcelares, do processo de mobilização para a formação da organização de irrigantes; é executada pela entidade pública responsável pelo Projeto (Codevasf); **prazo nunca superior a 2 (dois) anos;**
- 1.5.2. **Cogestão:** caracteriza-se pela assunção dos serviços de irrigação pela organização de irrigantes¹ (distrito de irrigação) que assumirá as atividades, por delegação da entidade

3ª SL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação (Codevasf); por meio de um processo de gestão compartilhada; **com prazo de até 4 (quatro) anos**;

1.5.3. **Autogestão**: fase posterior da cogestão em que a organização de irrigantes atinge sua sustentabilidade financeira na execução dos serviços de irrigação, **com prazo de até 4 (quatro) anos**; e,

1.5.4. **Emancipação**: caracteriza-se pelo processo que visa à transferência definitiva da propriedade das infraestruturas de uso comum e de apoio à produção, em conformidade com o Plano de Emancipação previsto para o Projeto Público de Irrigação, onde serão estabelecidas todas as atividades que deverão ser assumidas pela organização de irrigantes; **com prazo de até 4 (quatro) anos**.

2. DESCRIÇÃO GERAL: conforme detalhamento constante no **item 4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e jurídicas, que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, observando ainda, **o item 5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.

3.1.1. Não será permitido a participação de empresas consorciadas.

3.2. **DOS IMPEDIMENTOS:** Estão impedidos de participar do certame as pessoas físicas ou jurídicas, conforme situações discriminadas **no item 6 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

3.3. **A VISITA AO PROJETO E AS UNIDADES DE PARCELAMENTOS**, deverão ser observadas as condições constantes do **item 7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

3.4. O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br e no www.gov.br/compras/pt-br. Na impossibilidade de download pelos sítios aqui indicados, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações, da 3ª SR, localizada na rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-230 – município de Petrolina/PE telefone: 087-3866-7722 – 3366-7742, e poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um CD-ROM ou PEN DRIVE para gravação, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

3.5. Os (As) proponentes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente as exigências prescritas neste Edital e seus Anexos, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a apresentação da proposta, seus custos e prazos de execução.

3.6. A participação na licitação implica aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto nos **subitens 3.7, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.11 deste Edital**.

3.7. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Edital e seus Anexos serão dirimidas pela Comissão Técnica de Julgamento/Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – CEP 56.304-230 através do e-mail: **3a.sl@codevasf.gov.br** ou ser entregue na Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL da **Codevasf**, no horário de 08h00 às 12h00 e de 13h30 às 17h30, ouvidas a Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação – GRI e Assessoria Jurídica da Codevasf/3ªSR, no que couber, respeitado o prazo disposto no **subitem 3.8** a seguir descrito.

3ª SL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

- 3.8. Os pedidos de esclarecimentos sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até **10 (dez) dias** anteriores à data estabelecida para o recebimento da “**Documentação de Habilitação**” e “**Proposta Financeira**”. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 3.8.1. Analisadas as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por escrito, aos (às) demais proponentes.
- 3.8.2. As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio da **Codevasf** – www.codevasf.gov.br – para consulta dos interessados.
- 3.9. Dos atos da administração pública decorrentes da aplicação nesse Edital caberá pedido de impugnação ao instrumento convocatório no prazo mínimo de até 5 (cinco) dias úteis da data de realização desta licitação, no caso de licitação para contratação de obras ou serviços.
- 3.9.1. Caberá à Comissão decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, conforme art. 87, § 1º da Lei 13.303/2016
- 3.10. A apresentação da proposta tornará evidente que o (a) proponente examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos e que a encontrou correta. Evidenciará, também, que o (a) proponente obteve da Codevasf, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena de suas condições, conforme o disposto no **subitem 3.4 deste Edital**.
- 3.10.1. Informações complementares: encontram-se à disposição dos interessados para consulta, os estudos de viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social do Projeto Pontal disponíveis na Biblioteca, térreo do edifício sede da Codevasf, em Brasília-DF e na sede da 3ª Superintendência Regional, em Petrolina-PE.
- 3.11. Fica entendido que o (a) proponente tem pleno conhecimento das condições locais onde se encontram as unidades parcelares objeto desta licitação, e que todas as dúvidas foram solucionadas antes da data da apresentação das propostas.
- 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 4.1. Os (As) proponentes (s) deverão fazer entrega no dia, horário e local mencionados no **item 1 deste Edital**, de 02 (dois) invólucros, **fechados e numerados**, contendo:
- **Invólucro n.º 01 – “Proposta Financeira”**
 - **Invólucro n.º 02 – “Documentação de Habilitação”**
- 4.1.1. A (s) Proposta (s) Financeira (s) e Documentação de Habilitação serão entregues pessoalmente no dia e hora estabelecidos para realização da sessão pública ou encaminhadas por via postal no endereço indicado no **subitem 1.1** deste Edital e serão recebidas pela CODEVASF por meio da 3ª/SL, mediante recibo e encaminhadas à Comissão Técnica de Julgamento, designada para este fim. Não será admitida sua apresentação via correio eletrônico (e-mail).
- 4.1.2. Na hipótese de a proponente optar por entregar sua “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” antes do dia e hora estabelecidos para a sessão pública a que se refere o **subitem 5.1 deste Edital**, deverá fazê-lo até 24 (vinte e quatro) horas antes de sua realização, diretamente na Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL da CODEVASF, no endereço indicado no **subitem 1.1 acima**, mediante recibo, sob pena de ser considerada como não recebida caso seja entregue em local diverso do então estabelecido.

3ª SL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

- 4.1.3. É de inteira responsabilidade do (a) proponente a entrega tempestiva da “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” enviadas por via postal, de forma que, caso venham a ser entregues após o horário estabelecido no **subitem 1.1 acima**, serão consideradas como não recebidas.
- 4.1.4. A (s) proposta (s), toda a correspondência e documentos trocados entre o (a) proponente e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.
- 4.1.5. Na parte externa dos respectivos invólucros deverão constar as inscrições: “**INVÓLUCRO I – PROPOSTA FINANCEIRA**” e “**INVÓLUCRO II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, o nome, telefone e endereço completo do (a) proponente, endereço eletrônico (e-mail) se possuir, o número do Edital e seu objeto.
- 4.1.6. Todos os documentos deverão ser apresentados na ordem indicada no Edital, numerados sequencialmente e rubricados pelo (a) proponente, seu representante legal ou procurador, sem rasuras, emendas ou repetições.
- 4.1.7. Os documentos serão apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.
- 4.1.8. A “**Proposta Financeira** e a **Documentação de Habilitação**”, no que couber, deverão estar impressas por processo eletrônico em papel timbrado, em se tratando de pessoa jurídica, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e terão de estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo (a) proponente, seu representante legal ou procurador.
- 4.1.9. Cada proponente só poderá ser representado por um (a) único (a) procurador (a), sendo vedado o credenciamento de uma mesma pessoa como representante de 02 (dois) ou mais proponentes. Se ocorrer, implicará em desclassificação sumária.
- 4.1.10. O (a) representante do (a) proponente deverá apresentar à Comissão Técnica de Julgamento documento de identificação civil e a respectiva procuração, ou cópia do contrato social quando se tratar de diretor ou sócio da empresa com poderes para responder pelos direitos e obrigações da mesma.
- 4.2. PROPOSTA FINANCEIRA – INVÓLUCRO N.º 1:**
- 4.2.1. A (s) “Proposta (s) Financeira (s)”, será (ão) apresentada (s) em conformidade com o **Anexo VI do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, contendo:
- a) Identificação do (a) proponente (nome, endereço completo, e-mail (se possuir), telefone, fax, CPF/CNPJ).
 - b) Identificação da unidade parcelar pretendida.
 - c) Preço ofertado por hectare (irrigável e não irrigável) e total, em algarismo e por extenso, sem rasuras ou repetições, em conformidade com o modelo constante do **Anexo VI, do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.
 - c-1) Na hipótese de discordância entre a expressão numérica e o valor por extenso oferecido, prevalecerá este último.
 - d) Indicação da forma de pagamento para aquisição da (s) unidade (s), parcelar (es), observado o **item 8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, sob pena de desclassificação da proposta.
- 4.2.2. Os (As) proponentes que concorrerem à aquisição de mais de uma unidade parcelar, apresentarão suas Propostas Financeiras e o respectivo **Anexo VI do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, para cada uma das unidades parcelares pretendidas de forma individual.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

4.3. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 2:

4.3.1. Quando se tratar de **pessoa física:**

- a) Endereço de domicílio com a apresentação de comprovante de residência (conta de água, energia elétrica, telefone ou outros) e endereço eletrônico (e-mail), se possuir;
- b) Documento de Identificação civil (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional, outro documento público que permita a identificação do proponente);
- c) Quando menor de idade, cópia da sentença ou certidão comprobatória de emancipação;
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), com comprovante da situação cadastral regular;
- e) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada no Anexo II, Coluna 10, do Termo de Referência – Anexo I do Edital;
- e.1) As comprovações de depósitos bancários, seguro garantia e fiança bancária, deverão ser comprovadas conforme previsto no **item 9 do Termo de Referência, Anexo – I do Edital**; e
- f) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- g) Qualificação Técnica:**
 - g.1) Declaração de Visita ao Projeto Pontal, conforme **Anexo V do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**, a ser emitida pelo(a) própria(a) proponente, ou representante legal, afirmando que tem conhecimento do estudo do solo, do sistema de condução e medição d'água, da topografia do terreno, das vazões disponíveis nas unidades parcelares, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na(s) área(s) pretendida(s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco.
 - g.2) Declaração, emitida pelo(a) próprio(a) proponente, **de não ser irrigante impedido**, conforme modelo constante do **Anexo IX do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.
 - g.3) O Plano de Exploração da (s) Unidade (s) Parcelar (es) pretendida (s), conforme **modelo do Anexo IV, do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, deverão observar as recomendações constantes no **subitem 10.3.1., alíneas: i-1 e i-2 do Termo de Referência**.
- h) Qualificação Econômico-Financeira:**
 - h.1) Declaração de Bens, atualizada, limitada a bens móveis e imóveis devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade em nome da pessoa física ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal, do último exercício, a critério do licitante, com valores que permitam a avaliação de sua capacidade econômico-financeira, conforme **subitem 12.2.2, do Termo de Referência, Anexo I do Edital** e na forma do modelo constante no **Anexo X, do referido Termo de Referência**.
 - h.2) Quando os comprovantes dos bens informados discriminar valores que não se encontrem atualizados, a Declaração de Bens deverá ser acompanhada com Laudos de Evolução Patrimoniais ou Laudos de Avaliações emitidos por Profissionais habilitados e de acordo com os preços atuais de mercado. (Exemplo – avaliação de imóvel rural realizada por agrônomos, imóveis urbanos por Corretores Imobiliários ou engenheiro civil de avaliações; etc.).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

h.3) Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados no **Anexo X do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, observado os prazos de validade referidos no Edital.

4.3.2. Quando se tratar de **PESSOA JURÍDICA**:

- a) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada no **Anexo II, Coluna 10, do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.
- a-1) As comprovações de depósitos bancários, seguro garantia e fiança bancária, deverão ser comprovadas conforme previsto no **item 9 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.
- b) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com comprovante da situação cadastral regular.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no Art. 72 do Regulamento de Licitações da Codevasf, de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a Codevasf, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo XI, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**, sendo que a Codevasf procederá verificação junto ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública.
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do (a) proponente, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual.
- h) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do (a) proponente, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor.
- i) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social (CND), com validade em vigor.
- j) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.
- k) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

l) Qualificação Técnica:

- I-1) Declaração de Visita às áreas objeto do presente Edital, conforme **Anexo V do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**, a ser emitida pelo(a) própria(a) proponente, afirmando que tem conhecimento do estudo do solo, do sistema de condução e medição d'água, da topografia do terreno, das vazões disponíveis nas unidades parcelares, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na(s) área(s) pretendida(s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco.
- I-2) Declaração, emitida pelo(a) próprio(a) proponente, **de não ser irrigante impedido**, conforme modelo constante do **Anexo IX do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.
- I-3) Plano de Exploração da (s) Unidade (es) Parcelar (es) pretendida (s), conforme modelo do **Anexo IV do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**, observando ainda, **a alínea “n-1” e “n-2” do subitem 10.3.2 do citado Termo de Referência**.

m) Qualificação Econômico-Financeira:

- m-1) Declaração de Bens, atualizada, limitada a bens móveis e imóveis devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade em nome da pessoa jurídica, ou dos sócios que integram o seu capital social, ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal referente ao último exercício, a critério do licitante, com valores que permitam a avaliação de sua capacidade econômico-financeira, conforme **subitem 12.2.2 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital** e na forma do modelo constante no **Anexo X do referido Termo de Referência**.
- m-2) Tendo sido apresentada a Declaração de Bens em nome da Pessoa Jurídica, na eventualidade dos sócios que integram o seu Capital Social, também apresentarem a Declaração de Bens nos termos do edital, somente será considerada para efeitos de avaliação, os bens declarados em nome da Pessoa Jurídica.
- m-3) Quando os comprovantes dos bens informados discriminar valores que não se encontrem atualizados, a Declaração de Bens deverá ser acompanhada com Laudos de Evolução Patrimoniais ou Laudos de Avaliações emitidos por Profissionais habilitados e de acordo com os preços atuais de mercado. (Exemplo – avaliação de imóvel rural realizada por agrônomos, imóveis urbanos por Corretores Imobiliários ou engenheiro civil de avaliações; etc.).
- m-4) Certidão Negativa de Falência, ou Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz competente, ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
- m-5) Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados no **Anexo X do Termo de Referência**, observado os prazos de validade referidos no Edital.
- m-6) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.3.3. A validade das certidões exigidas corresponderão ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do (a) proponente comprovar que o documento tem

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

- 4.3.4. Caso a(s) certidão (ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou seja juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 4.3.5. O (A) proponente cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF estará dispensada (o) da apresentação dos documentos exigidos nas **alíneas “h” a “k” do subitem 4.3.2 acima**, devendo apresentar os demais documentos. A confirmação da regularidade da situação do (a) proponente será efetuada mediante consulta “on line” ao sistema do SICAF.
- 4.3.6. Na hipótese de haver documentos do SICAF com prazo de validade vencido, os mesmos deverão ser apresentados com prazo de validade em vigor, e constarão do Invólucro n.º 1 – “Documentação de Habilitação”.
- 4.3.7. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- 4.3.8. Toda a documentação apresentada pelo (a) proponente, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente participará do certame licitatório, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 4.3.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital, no que couber.

5. ABERTURA DOS INVÓLUCROS

- 5.1. Os invólucros de que trata o **subitem 4.1 deste Edital** serão recebidos em sessão pública no local, dia e hora indicados em seu **subitem 1.1 acima**, observados o disposto nos subitens **4.2 – “Proposta Financeira”** e **4.3 – “Documentação de Habilitação”** deste Edital.
- 5.2. Os trabalhos de recebimento dos invólucros, contendo a **“Proposta Financeira”** e a **“Documentação de Habilitação”**, a realização do presente e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pela Comissão Técnica de Julgamento designada para este fim, com assessoria da Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL e Assessoria Jurídica – 3ª/AJ.
- 5.3. A Comissão Técnica de Julgamento procederá à abertura dos invólucros n.º 01 (um) **“Proposta Financeira”** e rubricará todos os documentos nele contidos, sempre conjuntamente com até 03 (três) proponentes presentes à sessão pública, e que serão identificados na ata respectiva, passando em seguida à fase de julgamento das referidas propostas, conforme previsto no **subitem 6.1. abaixo**.
- 5.4. Os fechados do Invólucro n.º 2 – **“Documentação de Habilitação”** das proponentes participantes serão rubricados pela Comissão Técnica de Julgamento, bem como por até 03 (três) proponentes presentes à sessão, e permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Secretária Regional de Licitações – 3ª SL até a data a ser marcada para a abertura da documentação de habilitação da pessoa física ou jurídica 1ª colocada,

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

conforme o caso, obedecendo assim a ordem de classificação das propostas financeiras até que se defina a habilitação do licitante de melhor proposta.

- 5.5. Os (As) proponentes classificados (as) com a melhor **“Proposta Financeira”** de acordo com o **subitem 6.1.1. abaixo**, terão sua **“Documentação de Habilitação” – Invólucro nº 2**, aberta em dia, hora e local que serão, previamente, comunicados pela CODEVASF.
- 5.6. Da sessão pública a que se refere o **subitem 5.1 acima**, bem como daquela que for eventualmente convocada para abertura das **“Documentação de Habilitação”** dos (as) proponentes habilitadas serão lavradas atas em que se consignarão eventuais reclamações, impugnações ou ressalvas dos (as) proponentes.

6. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO

6.1. “PROPOSTA FINANCEIRA” – INVÓLUCRO N.º 1:

- 6.1.1. Para efeito de comparação de preços, quando do julgamento das propostas financeiras - **Anexo VI do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, será considerada a pontuação obtida através da ponderação inversamente proporcional ao prazo, multiplicada pelo valor de cada parcela, considerando a seguinte Tabela de Peso:

Pagamento	Peso	Vencimento
Ano 1	1,20	No ato da assinatura do instrumento contratual
Ano 2	1,10	12 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 3	1,00	24 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 4	0,90	36 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 5	0,80	48 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 6	0,70	60 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 7	0,60	72 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 8	0,50	84 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 9	0,40	96 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 10	0,30	108 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 11	0,20	120 meses após a assinatura do instrumento contratual
Ano 12	0,10	132 meses após a assinatura do instrumento contratual

Observação: A opção de pagamento à vista do preço total ofertado corresponde ao Ano 1.

- 6.1.2. Os anos referentes a carência não serão pontuados.
- 6.1.3. A classificação final será estabelecida por unidade parcelar em ordem decrescente da pontuação final.
- 6.1.4. Em caso de empate na classificação final, terá preferência o (a) proponente que obtiver menor prazo para pagamento.
- 6.1.4.1. Permanecendo o empate, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos (as) os (as) proponentes serão convocados (as), vedado qualquer outro processo.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

6.2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 2:

- 6.2.1. A Comissão Técnica de Julgamento, juntamente com a Secretaria Regional de Licitações – 3ªSL procederão a análise da “Documentação de Habilitação” contida no Invólucro n.º 2, julgando-a em conformidade com as exigências prescritas nos **subitens 4.3.1 e 4.3.2 deste Edital**.
- 6.2.2. A avaliação da capacidade econômico-financeira será efetuada com base na “Declaração de Bens” (**Anexo X**) atualizada, na qual o (a) proponente deverá comprovar **patrimônio igual ou superior ao valor total ofertado** para a unidade parcelar pretendida, constante na Proposta Financeira (**Anexo VI**), ambos os anexos do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 6.2.3. Os licitantes que desejarem adquirir mais de uma unidade parcelar deverão comprovar **patrimônio igual ou superior a soma dos valores totais ofertados** para as unidades parcelares pretendidas.
- 6.2.4. Serão desqualificadas tecnicamente os (as) proponentes que apresentarem patrimônio inferior ao patamar exigido nos **subitens 6.2.2 e 6.2.3 acima**, sendo, consequentemente, desclassificadas.
- 6.2.5. Toda a documentação e propostas das proponentes constituirão peças do processo administrativo de que trata o Edital de Licitação.
- 6.2.6. É facultada à Comissão Técnica de Julgamento ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 6.2.7. Qualquer tentativa de um (a) proponente em influenciar a Comissão Técnica de Julgamento ou a CODEVASF quanto ao processo em exame, avaliação e comparação das propostas e na tomada de decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.
- 6.2.8. Tendo sido proclamadas a habilitação dos (as) proponentes no julgamento da “Documentação de Habilitação” observada a ordem de classificação das “Propostas Financeiras”, conforme o **subitem 12.1 e item 13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, será aberto o prazo recursal nos termos do **item 7 do Edital**.

6.3. DESCLASSIFICAÇÃO

- 6.3.1. Os (As) proponentes não poderão, em nenhuma hipótese, seja durante ou após o processo da alienação pública de que trata o Edital de Licitação, modificar a opção de pagamento, o que implicará na desclassificação de sua proposta.
- 6.3.2. **Será ainda motivo de desclassificação:**
- a) A apresentação de valor inferior ao preço mínimo por hectare irrigável e não irrigável da unidade parcelar estabelecido no **subitem 4.3**, ou recolher caução de valor inferior ao estipulado na **Coluna 10 do Anexo II, ambos do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.
 - b) A apresentação de mais de uma proposta financeira ou oferta de mais de um valor para a mesma unidade parcelar.
 - c) O preenchimento da proposta financeira de forma incorreta ou ilegível quanto à identificação da (s) unidade (s) pretendida (s), ao preço ofertado e/ou as condições de pagamento, bem como deixar de apor a assinatura na mesma.
 - d) Deixar de anexar o mandato contendo poderes específicos ao seu procurador para participar da licitação.
 - e) A constatação pela Comissão Técnica de Julgamento, em qualquer fase da licitação, da situação de incompatibilidade prevista nos **subitens 6.2.2 e 6.2.3 do Edital**.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

- f) Cujo cheque para pagamento da caução não for efetivamente compensado até a data de realização da sessão pública para recebimento da “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**”, ou for devolvido por qualquer motivo.
- g) Deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos nos **subitens 4.3.1 e 4.3.2**.
- h) Apresentar prazos e condições de pagamento em desacordo com o **item 8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.
- i) O credenciamento de uma mesma pessoa como representante legal de 02 (dois) ou mais proponentes.
- j) Constatada a situação prevista no **subitem 6.2. do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, que faz parte integrante do mesmo.

6.3.3. A Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório de julgamento das “Propostas Financeiras” e “Documentação de Habilitação” com a classificação das mesmas e com a indicação da (s) proponente (s) vencedora (s), após a fase recursal única, **conforme item 7 do Edital**, ao (a) Diretor (a) Presidente da CODEVASF, com vistas à aprovação e publicação do resultado final do certame **no D.O.U e no sítio da Codevasf**.

6.3.4. A divulgação do resultado final será efetuada mediante afixação no quadro de avisos existente na sede da 3ª SR/CODEVASF, localizada na rua Presidente Dutra, nº 160, em Petrolina/PE, bem como, será comunicado diretamente às proponentes através do e-mail e disponibilizado no sítio www.codevasf.gov.br, além de publicado no Diário Oficial da União – DOU.

7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1. **Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.** Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar-se dentro do prazo recursal, após a fase de habilitação da licitante melhor classificada no julgamento da proposta financeira, sob pena de preclusão.
- 7.2. A licitante poderá apresentar recurso, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da divulgação via fax/Comunicação Externa - CE ou e-mail da abertura do prazo recursal.
- 7.3. O recurso deverá ser apresentado no protocolo da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, no horário de 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.
- 7.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, **no prazo de 05(cinco) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso a **decisão ser proferida dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade**.
- 7.5. Interposto, o recurso será comunicado às demais proponentes, **que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis**.
- 7.6. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no **subitem 7.2 acima**.
- 7.7. Recursos encaminhados via e-mail só terão eficácia se o original for entregue na sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, necessariamente, **até 05 (cinco) dias da data do término do prazo recursal**.
- 7.8. Inexistindo recurso (s) contra a decisão referente a fase de habilitação ou sendo este (s) denegado (s), a Comissão Técnica de Julgamento providenciará a devolução dos invólucros n.º 02 às respectivas proponentes inabilitadas.
- 7.9. No caso das proponentes inabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, estes ficarão à disposição para retirada, mediante recibo, na Secretaria Regional de

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

Licitações – 3ªSL, **durante o período de 60 (sessenta) dias**. Findo este prazo a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.

8. HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Após a publicação do resultado da licitação, **no Diário Oficial da União (DOU) e no Sítio da Codevasf, bem como**, observadas às condições relativas aos recursos administrativos de que trata o **item 7 deste Edital**, o processo administrativo será encaminhado ao Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, que o submeterá à autoridade competente, com vistas à homologação final e a adjudicação das unidades parcelares.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. A CODEVASF procederá a venda das unidades parcelares em até 12 (doze) anos, incluídos até 03 (três) anos de carência.
- 9.1.1. A carência para início do pagamento da unidade parcelar será a critério do licitante.
- 9.1.1.2. Não será permitida a carência entre uma parcela e outra de pagamento.
- 9.1.2. O licitante poderá optar pelo pagamento à vista do preço total ofertado, a ser quitado conforme o **subitem 9.4 abaixo**.
- 9.2. O preço proposto para pagamento à vista e as parcelas anuais serão corrigidos nos respectivos vencimentos, aplicando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice equivalente que venha a ser adotado pelo Governo Federal, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano, a partir da data de apresentação da **“Proposta Financeira” – Invólucro nº 1**.
- 9.3. No caso de atraso de pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o respectivo valor, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 9.4. Os (As) proponentes que optarem pelo pagamento total da (s) unidade (s) parcelar (es) à vista, o fará no ato da assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda, neste ato será reajustado o preço para pagamento da unidade parcelar, conforme o **subitem 9.2 acima**.
- 9.5. A carência para início do pagamento da unidade parcelar será contada a partir da data de assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda.
- 9.6. As parcelas de amortização das unidades parcelares serão as definidas pelo (a) proponente na Proposta Financeira (Anexo VI), sendo quitadas nos vencimentos constantes na tabela que integra o **subitem 12.1.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, não se admitindo alterações após a pontuação classificatória.
- 9.7. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente, não sendo permitido a utilização de “créditos securitários do Tesouro Nacional”.

10. ADJUDICAÇÃO

- 10.1. Aprovado o relatório da Comissão Técnica de Julgamento pela Diretoria Executiva da Codevasf, observadas os prazos de recursos administrativos de que trata o **item 7 deste Edital**, e **após notificação pela Codevasf** será firmada a Escritura Pública de Compra e Venda.
- 10.1.1. Não sendo possível de imediato a escrituração definitiva da unidade parcelar, será firmado o Contrato de Promessa de Compra e Venda.
- 10.1.2. O outorgado comprador terá um prazo de 180 **(cento e oitenta) dias**, a partir da data de notificação pela CODEVASF para assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda ou

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

do Contrato de Promessa de Compra e Venda, podendo este prazo ser prorrogado por igual período a critério da CODEVASF, correndo todas as despesas por conta do adquirente, inclusive as cartorárias e todos impostos, inclusive ITR e CCIR, ou taxas incidentes sobre a unidade parcelar adquirida.

- 10.1.3. Não sendo observado o prazo acima a CODEVASF entenderá como desistência de compra da unidade parcelar.
- 10.1.4. O pagamento das parcelas referidas será efetuado pelo outorgado comprador mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pela área de finanças da CODEVASF, localizada no endereço constante do **subitem 1.1 deste Edital**.
- 10.1.5. A Escritura Pública de Compra e Venda ou o Contrato de Promessa de Compra e Venda será firmado em nome do proponente vencedor, devidamente identificado em conformidade com **alínea “a” do subitem 4.2.1 deste Edital**.
- 10.1.6. Fica acordado entre a CODEVASF e o (s) proponente (s) vencedor (es), no caso de não se proceder a titulação imediata da unidade parcelar empresarial, que após a conclusão da sua regularização, o (a) promissário (a) comprador (a) será convocado para firmar a sua escrituração definitiva, no sistema pró-solvendo, oportunidade em que poderá ser necessário ajustes de área e valores em função da adequação das áreas, correndo todas as despesas por conta do adquirente.
- 10.1.7. A aplicação das condições de propriedade resolúvel da unidade parcelar deverá constar na Escritura Pública de Compra e Venda, na forma das disposições do art. 38, da Lei 12.787, de 11 de janeiro de 2013.
- 10.2. A Escritura Pública de Compra e Venda deverá conter os Memoriais Descritivos das unidades parcelares individualmente, sendo vedado o parcelamento ou fracionamento, ressalvada a eventual necessidade de desdobramento da unidade parcelar, sendo obrigatória a prévia análise técnica.
- 10.3. As infraestruturas de uso comum como canais, estradas, linhas de transmissão, áreas de compensação ambiental, preservação permanente ou outras servidões não integram a unidade a ser adquirida. É dever do proprietário permitir e facilitar o livre acesso das pessoas/entidades encarregadas da administração, operação e manutenção dessas estruturas.
- 10.4. Na transferência do domínio das unidades parcelares, em qualquer oportunidade, caberá preferência, pela ordem, à CODEVASF. A transferência a outros interessados estará condicionada à prévia e expressa anuência da CODEVASF.
- 10.5. A adjudicação da (s) unidade (s) parcelar (res) pretendida (s) não será (ão) concedida (s) ao (à) proponente proprietário (a), cessionário (a), usuário (a) ou ocupante de áreas irrigáveis e não irrigáveis em Projetos Públicos de Irrigação implantados pela CODEVASF que no ato de assinatura do instrumento contratual se encontrar inadimplente com os compromissos ajustados em decorrência do uso ou da exploração agrícola, pagamento das parcelas K1 e K2 da tarifa d'água e amortização de unidades parcelares ou renegociação de débitos.
- 10.6. A Reserva legal (RL) da Área Sul do Projeto Pontal foi envolvida pelo perímetro da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre, criada pelo Governo do Estado de Pernambuco, contudo, tal fato não altera a responsabilidade dos compradores com relação a tal área, que deve ser considerada, para todos os efeitos, a RL coletiva do empreendimento.
- 10.6.1. Os compradores de cada unidade parcelar serão responsáveis, de forma coletiva, pela manutenção e conservação da área de Reserva Legal (RL), o que inclui, mas não se limita a: complementação e manutenção de cercas; estruturas de preservação a incêndio; placas de sinalização quanto ao uso restrito da área; vigilância; etc. Frisa-se que os compradores

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

responderão em todas as esferas, de maneira coletiva, pelas atividades desenvolvidas dentro da área de RL.

11. OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS UNIDADES PARCELARES

- 11.1. As unidades parcelares alienadas por força deste Edital somente poderão ser utilizadas para empreendimentos de agricultura irrigada, cabendo a Codevasf ou a quem ela delegar, o fornecimento de água de acordo com a vazão estipulada para cada unidade parcelar, observadas as demais condições constantes do item 17 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 11.2. *As áreas não irrigáveis integrantes da unidade parcelar serão destinadas à produção agropecuária de sequeiro e/ou sob irrigação (observado as normas e condições de fornecimento de água), ou para implantação de infraestrutura complementar as atividades da unidade parcelar.*

12. DEVOLUÇÃO/UTILIZAÇÃO DA CAUÇÃO

- 12.1. A caução será restituída conforme os casos previstos no **item 9 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 13.1. Compete a Codevasf fiscalizar e acompanhar a exploração econômica, observando o **item 18 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, o método de aplicação de água na irrigação, bem como o atendimento às exigências ambientais das unidades parcelares, inclusive procedendo à realização de visitas.
- 13.2. É obrigatório, por parte do proprietário, o fornecimento de toda e qualquer informação ou documento julgado necessário ao desempenho das atividades mencionadas no **subitem 13.1 acima**.
- 13.3. A fiscalização relativa à implantação das unidades parcelares terá como base o Plano de Exploração da Unidade Parcelar constante do **Anexo IV do Termo de Referência, parte integrante deste Edital**.

14. DESISTÊNCIA

- 14.1. Do relatório de julgamento final da licitação constará a classificação de todas as propostas financeiras julgadas com as respectivas pontuações, obedecida a ordem decrescente de classificação.
- 14.2. Será considerado (a) desistente o (a) proponente que não comparecer na data, horário e local definidos pela CODEVASF na notificação de que trata o **subitem 10.1.2 do Edital**, para o início dos procedimentos de lavratura da respectiva Escritura Pública de Compra e Venda ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda.
- 14.3. Também será considerado desistente o classificado que não cumprir o prazo estabelecido no **subitem 10.1.2 deste Edital**, para assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda.
- 14.4. Considerando que o (a) proponente, após ter assinado a Escritura Pública de Compra e Venda ou o Contrato de Promessa de Compra e Venda, opte pela devolução da (s) unidade (s) parcelar (es) à Codevasf, o (a) mesmo (a) ficará impedido (a) de transacionar com a Codevasf pelo período de 5 (cinco) anos, contado a partir da data da Resolução que autorizar a respectiva devolução, cabendo-lhe receber a indenização a que se refere o **subitem 17.7 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

15. TERMINOLOGIA

- 15.1 Para os fins deste edital, em conformidade com a Lei 12.787 de 11 de janeiro de 2013, os conceitos apresentados encontram-se descritos no **item 2 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

16. CONDIÇÕES GERAIS

- 16.1. A Codevasf poderá, a qualquer momento, suspender ou cancelar este Edital, desistir da venda proposta sem que tenham os (as) proponentes, em nenhum momento, direito a qualquer ressarcimento judicial ou extrajudicial, em função das propostas apresentadas, com exceção da restituição da caução depositada.
- 16.2. A Codevasf poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 16.3. A Codevasf poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 16.4. O presente Edital e seus Anexos são de propriedade da Codevasf. Os referidos documentos não poderão ser adulterados, devendo ser utilizados única e exclusivamente para fins de elaboração das propostas, assegurados os direitos autorais. A utilização dos referidos documentos por terceiros só se realizará no caso em que venha a ser expressamente autorizado pela Codevasf.
- 16.5. O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Petrolina-PE será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 16 de outubro de 2020.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
GRAVADA EM ARQUIVO SEPARADO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

ANEXO II

**TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA
CODEVASF**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

ANEXO II - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

3ª SL

ANEXO III

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
GRAVADA EM ARQUIVO SEPARADO